

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP
Faculdade de Ciências e Letras - FCLAr
Departamento de Economia**

**ECONOMIA DA MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE TEÓRICA DA RELAÇÃO
ENTRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO BRASIL**

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sartoris

Aluna: Lais Belisário Sardinha

Araraquara-SP

2012

Lais Belisário Sardinha

**ECONOMIA DA MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE TEÓRICA DA RELAÇÃO
ENTRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Economia da Universidade
Estadual Paulista como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sartoris

Araraquara-SP

2012

SUMÁRIO

Introdução.....	4
1-Teorias Econômicas da Migração	8
1.1 Teorias Macroeconômicas.....	10
1.2. Teorias Microeconômicas.....	13
1.3. Teorias Multidisciplinares.....	16
2. Migração internacional e formação econômica brasileira.....	18
2.1 O papel dos imigrantes no povoamento do território brasileiro.....	18
2.2. Saldo migratórios negativos: de um país de imigração para um país de emigração.25	
2.3. Século XXI: reversão do saldo migratório internacional negativo?.....	27
3. Relação entre migração internacional e desenvolvimento socioeconômico no Brasil.....	29
3.1. Aspectos gerais.....	29
3.2. Impacto das remessas monetárias na economia.....	32
3.3. Remessas monetárias e desenvolvimento socioeconômico no Brasil.....	35
Referencias bibliográficas.....	41
Anexos.....	46

INTRODUÇÃO

A migração está presente na história do ser humano desde o seu início. Movimentos populacionais sempre existiram, entretanto a partir do século XIX pode-se observar a intensificação deste fluxo no contexto mundial. O século XX foi descrito por alguns pesquisadores como “época da migração”¹. No período de 1960 a 2010 o número de migrantes internacionais quase triplicou, saltou de 76 para 214 milhões.²

Durante essas décadas ocorreram profundas mudanças na economia mundial que, consequentemente, influenciaram o padrão migratório dos muitos países e regiões: tanto receptores como emissores. A Europa Ocidental, a qual por mais de um século era a principal região exportadora de mão de obra, após a Segunda Guerra Mundial passou a ser uma importante região receptora de imigrantes, provenientes da África, Oriente Médio, Índia e América Latina. Por outro lado, alguns países tradicionais de imigração se transformaram em áreas de emigração, como é o caso do Brasil.

A inversão do fluxo migratório brasileiro começou na década de 1980. Entre 1980 e 1990, o país perdeu uma quantidade líquida de pessoas de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas, correspondente a 1,6% da população residente no Brasil em 1990³. Na década seguinte (1991-2000), o saldo migratório internacional sofreu uma queda, porém permaneceu negativo, da população brasileira em 2000. Deste modo, surge um significativo número de brasileiros vivendo no exterior, movimento chamado por alguns autores de “diáspora brasileira”⁴. Segundo estimativas do Itamaraty, em 2008, o número estimado de emigrantes brasileiros estava entre 2 e 3,5 milhões, como é possível observar na imagem abaixo:

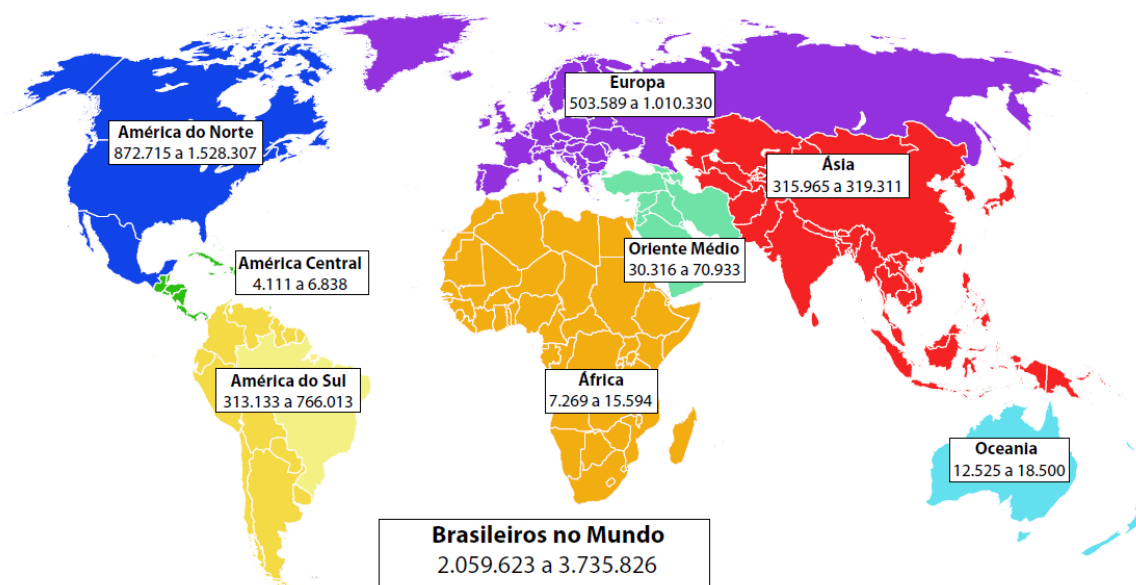
¹ CASTLES, S.; MILLER, M. **The age of migration**. International population movements in the modern world. 4.ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

² IOM. **World Migration 2008**. Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy. Geneva: International Organization for Migration, 2008.

³ CARVALHO, J. A. M. de.; CAMPOS, M. B. de. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. **Revista Estudos Avancados**, São Paulo, IEA/USP, v.20, n.57, p.55-8, maio/ago. 2006.

⁴ PATARRA, N.L. **Migrações Internacionais**: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados, São Paulo, v.20, n.57, p.7-24, 2006.

Figura 1: Brasileiros no Mundo



Fonte: Brasileiros no Mundo – Estimativas. Itamaraty, 2008. (Tabela 2, em anexo).

A globalização e mudanças na demografia no quadro mundial exercem influência significativa na formação e alteração dos movimentos populacionais contemporâneos. A redução de custos de transporte (principalmente aéreo), expansão das empresas multinacionais, progresso de meios de comunicação (em especial a internet e as redes sociais) e a redução de tarifas para facilitar o fluxo de bens, serviços e capitais entre as economias, contribuíram para a intensificação deste fenômeno migratório.

Para George Martine⁵, diante da globalização, a migração internacional é inevitável e “potencialmente positiva”. Esse movimento populacional intenso deve ser entendido como uma das estratégias de sobrevivência, de vontade de atingir novos objetivos e o mundo mais integrado serve como um fator de estímulo, pois eleva o fluxo de informações sobre oportunidades e padrões de vida, existentes ou imaginados nas séries de televisão, nos países desenvolvidos. O autor ainda considera que para o emigrante contemporâneo,

⁵ MARTINE, G. A globalização inacabada – migrações internacionais e pobreza no século XXI. In: SERVIÇO PASTORAL dos Migrantes. (Org.) **Travessias na desordem global** – Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

seu horizonte é o mundo – vislumbrado no cinema, na televisão, na comunicação entre parentes e amigos. O migrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor.⁶

Contudo, ainda que exista este incentivo à migração internacional, as fronteiras abertas para o fluxo de capitais e mercadorias, estão cada vez mais fechadas aos migrantes. Essa inconsistência que define o atual quadro histórico é, em grande parte, influente no aumento de emigrantes ilegais e do tráfico de pessoas pelas fronteiras.

Na questão de políticas de migração, a globalização tem a função de facilitar a transição do “controle migratório” para “gestão migratória” em um sentido amplo. No entanto, as afirmações de Martine podem conter um caráter instrumental ao emigrante: seu destino dependeria da capacidade de percepção positiva e da boa vontade dos países receptores. Afinal, esses países recebem uma mão de obra, na maioria das vezes, sujeita a superexploração de trabalho que contribui para a sua produção e consumo, além de melhorar as condições de vida dos seus respectivos dependentes no país de origem.

O debate apresenta um confronto entre ideologias e visões de mundo divergentes, tentando combater as contradições e crise da ordem de produção capitalista atual que coloca em xeque a possibilidade da população dos países em desenvolvimento tornar-se “rica e feliz” em um país industrializado e desenvolvido.

Em relação às migrações internacionais contemporâneas, Neide Patarra afirma:

É preciso reconhecer, no contexto contemporâneo, que os movimentos populacionais internacionais representam a contradição entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais com a tradicional óptica de sua soberania; há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local.⁷

Tanto o relatório da Comissão Global sobre Migração Internacional das Nações Unidas⁸ e o relatório anual do Banco Mundial intitulado “*Economic Implications of Remittances and Migrations*”⁹ procuram orientar ações e programas sobre políticas das migrações internacionais reforçando os aspectos positivos desses fenômenos. As recomendações foram estabelecidas em

⁶ Idem.

⁷ PATARRA, N.L. Op. cit. 2006.

⁸ GCIM/UM. **Summary of the Report of the Global Commission on International Migration**. UN/POP/MIG-FCM/2005/09, 2005.

⁹ BANCO MUNDIAL. **Educação Municipal no Brasil: Recursos, Incentivos e Resultados**. Dois Volumes. Relatório No. 24413-BR. Departamento de Desenvolvimento Humano. Brasil: Unidade de Gerenciamento do País. Janeiro de 2003.

dois eixos principais: políticas migratórias ancoradas em Direitos Humanos e remessas dos emigrantes como instrumento de combate à pobreza dos países emissores.

A migração internacional deve fazer parte das estratégias nacionais, regionais e globais de crescimento econômico, nos países em desenvolvimento e desenvolvidos, respeitando o direito soberano de cada país sobre quem deve entrar e sair de seu território. Assim, é possível estimular medidas de cooperação e proteção dos imigrantes irregulares e facilitar o retorno de seus cidadãos.

No contexto da globalização, Neide Patarra¹⁰ ainda defende a necessidade de se pensar em políticas migratórias junto com políticas econômicas e comerciais, como destaca o seguinte trecho:

Na globalização, os capitais, a tecnologia e os bens circulam livremente, mas as pessoas não; se a governabilidade das migrações internacionais se restringe a acordos entre governos, como lidar com o decisivo papel de agentes econômicos, dos interesses de corporações e empresas inter ou transnacionais, as necessidades do mercado de trabalho dos países desenvolvidos, entre outras dimensões. Na verdade, políticas migratórias devem ser discutidas junto com políticas econômicas e comerciais, junto à OMC e OIT.

¹¹

O impacto socioeconômico dos deslocamentos internacionais para o país de origem é a principal questão levantada neste trabalho. A relação entre migração interna e o desenvolvimento econômico regional já foi amplamente pesquisada no âmbito nacional. No entanto, esta relação no nível de migração internacional permanece uma área de estudos relativamente recente. Assim, se torna evidente a necessidade de vincular o fluxo migratório internacional e o desenvolvimento socioeconômico no caso do Brasil.

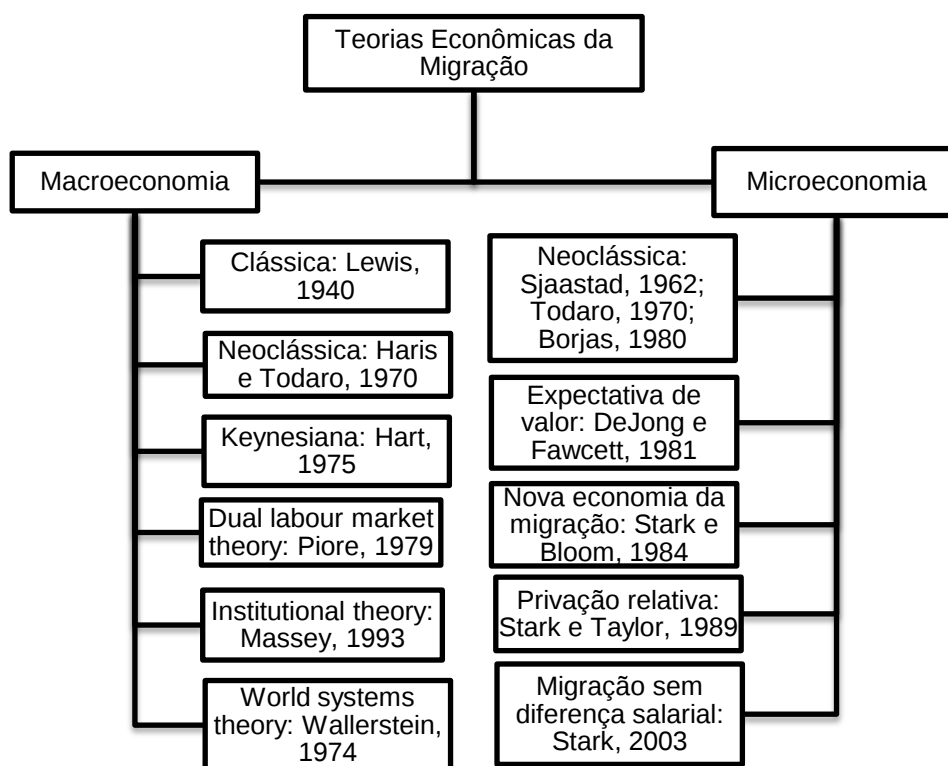
¹⁰ PATARRA, N.L. Op. cit. 2006

¹¹ Idem.

1. TEORIAS ECONÔMICAS DA MIGRAÇÃO

Os principais estudos teóricos sobre a chamada Economia da Migração são recentes, contudo a constante movimentação populacional é um fenômeno ancestral. Ainda que o bem-estar social, político e econômico seja a busca insistente do ser humano, as saídas e os destinos permanecem variando conforme o desenvolvimento das divergentes economias globais. Além disso, há uma distinção entre as teorias sociológica, econômica, geográfica e multidisciplinar dos fluxos migratórios. Uma breve visão sobre as teorias econômicas da migração pode ser observada no quadro abaixo:

Figura 2. Teorias Econômicas da Migração



Fonte: Central European Forum For Migration Research (2006).

Embora haja um grande número de teorias sobre a migração há pouca intercomunicação entre elas. Massey¹² resalta que esta fragmentação seria o resultado da divergência entre os estudiosos do tema em relação a quatro dimensões básicas. A primeira dimensão do conflito seria se o tema deve ser estudado de forma sincrônica ou em uma perspectiva histórica – diacrônica. A segunda dimensão seria a se a migração seria melhor compreendida a partir de uma análise estrutural ou no âmbito do indivíduo. A terceira dimensão diz respeito ao nível de análise – indivíduo, domicílio, comunidade, região geográfica, ou outra dimensão. Por fim, o impasse em relação à ênfase colocada nas causas ou nos efeitos da migração. Segundo Massey, o resultado desta divergência é que “o nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”.¹³ Assim fica evidente a importância de se elaborar uma teoria sobre o fluxo migratório que incorporasse vários níveis de análise dentro de uma perspectiva processual.

As tentativas de sintetizar o conhecimento sobre os movimentos populacionais em uma forma espacial coerente retornam sinteticamente para as Leis de migração de Ravenstein (1885,1889). A partir das observações generalizadas sobre a migração interna na Grã-Bretanha, Ravenstein encontrou evidências que a intensidade do processo migratório era influenciada por vários fatores, como: distância, tamanho da população das regiões de origem e destino, as capacidades de absorção deste último, o sexo dos migrantes, etc. Embora o autor tenha encontrado os fluxos rural e urbano, dominante no período, ele também reconheceu a presença da migração de retorno.

No século XX, as tentativas de atribuir um quadro teórico para os fenômenos migratórios têm sido realizadas por representantes de várias disciplinas da ciência, incluindo sociologia, economia, antropologia e geografia humana.

Com base nessas análises, neste capítulo serão abordadas as vertentes teóricas da migração divididas em duas seções. A primeira seção tratará dos aspectos macro da migração, com foco em aspectos conjunturais das regiões de origem e destino do migrante. Na segunda seção serão apresentadas as teorias que enfatizam os aspectos micro, focando a análise no indivíduo, família ou domicílio. Esta divisão facilita a conexão entre as teorias da migração e as teorias econômicas.

¹² MASSEY, D. S.. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, 56: 3–26. 1990.

¹³ Idem. p.4.

1.1. Teorias Macroeconômicas

As teorias econômicas da migração, assim como todas as teorias econômicas em geral, seguem uma perspectiva macro ou micro, e refletem a diversidade de paradigmas que coexistem em vários períodos. Para começar, a teoria neoclássica macroeconômica da migração¹⁴ explica que dadas as diferenças salariais entre duas economias capitalistas, uma caracterizada por um excedente de trabalho (desemprego) e outra por excedente de capital, migração e movimentos de capital devem ocorrer. Os fluxos de ambos os fatores de produção em direções opostas e a relatada convergência entre os níveis salariais são a forma de a economia retornar ao equilíbrio. É interessante notar que em toda a abordagem neoclássica, a migração é um fenômeno de desequilíbrio, que deixa de existir assim que o equilíbrio é alcançado.¹⁵

No entanto, a abordagem apresentada parece muito simplista e não explica por exemplo o fenômeno da migração de retorno ou fluxos populacionais na ausência de diferenças salariais como indicado por Stark¹⁶. Além disso, Jennissen¹⁷ aponta para o fato de que há uma visão alternativa Keynesiana sobre a migração induzida por ajustes no mercado de trabalho para o equilíbrio econômico, através da eliminação de diferenças quanto ao desemprego, não em salários¹⁸. O que segue é uma natureza pró-cíclica da migração, como observado, por exemplo, para o Canadá por Milne¹⁹, que mostrou que as taxas de migração líquida de regiões especiais caminham junto com o ciclo de negócios, embora haja uma defasagem temporal. Um quadro semelhante é explorado na teoria neoclássica macroeconômica da migração de Harris e Todaro.²⁰ O modelo conceitual formulado por eles é baseado em expectativas de renda. A condição ideal de equilíbrio, para qual o sistema deve convergir, é definida como:

$$\frac{dN_u}{dt} = \psi \left(\frac{W_M^* \cdot N_M}{N_u} - P \cdot \frac{dX_A}{dN_A} \right).$$

¹⁴ LEWIS, A. W.. **Economic development with unlimited supplies of labour**. School of Economic and Social Studies: Manchester. 1954.

¹⁵ HARRIS, J. R., and TODARO, M. P.. Migration, unemployment and development: A two-sector analysis. **American Economic Review**, 60(1): 126–142. 1970.

¹⁶ Stark 2003

¹⁷ JENNISSEN, R.. **Macro-economic** determinants of international migration in Europe. Dutch University Press: Amsterdam, 2004.

¹⁸ HART, R. A.. Interregional economic migration: Some theoretical considerations (Part I). **Journal of Regional Science**, 15(2): 127–138. 1975.

¹⁹ MILNE, W. J.. Macroeconomic Influences on Migration. **Regional Studies**, 27(4): 365–373. 1993.

²⁰ HARRIS, J. R., and TODARO, M. P.. Op.cit. 1970.

Aonde N_u é a oferta de trabalho urbano total (população original e migrantes), N_M é o número atual de empregados no setor industrial, e N_A – no setor agrícola. Além disso, $X_A = X_A(N_A)$ é a função de produção crescente e côncava do setor agrícola, e P indica o preço da produção agrícola definida em termos de bens produzidos pelo setor industrial (dos termos de troca). Os salários esperados na região urbana são iguais aos salários mínimos ajustados para as possibilidades de ser contratado, $\frac{W_M^* \cdot N_M}{N_u}$. A função $\psi(x)$ é tal que $\psi' > 0$ $\psi(\alpha) = 0$ para algum α número real, que em (1) implica que migração para, quando o diferencial de salário esperado é igual a α (em particular, $\alpha = 0$ pode ser assumido).

Adicionalmente, Harris e Todaro testaram o impacto de políticas como salário mínimo e restrições migratórias no equilíbrio econômico. Eles descobriram que na ausência de flexibilidade de salário total, ou um salário limitado ou uma política de restrição à migração, ela vai levar a uma melhoria no de bem-estar na região de destino. Por outro lado, o resultado de ambas as políticas será abaixo do ótimo do ponto de vista da economia como um sistema inteiro de regiões de envio e recebimento de migrantes.

Além das abordagens puramente neoclássica e keynesiana, houve muitas outras tentativas de explorar os motivos econômicos dos migrantes e a natureza dos processos migratórios.

A teoria do dualismo no mercado de trabalho,²¹ é baseado em uma observação de que os fluxos migratórios são determinados, em grande parte, pelas características da demanda de trabalho no destino. Sendo assim, o trabalho imigrante é necessário para as economias dos países desenvolvidos. Uma explicação importante é que os salários não são apenas o preço do trabalho, mas também uma medida indireta da posição do funcionário na hierarquia profissional e social. Se há falta de trabalho na parte inferior da hierarquia, os empresários preferem contratar trabalhadores imigrantes sem aspirações a um status social mais elevado, do que para aumentar os salários, a fim de atrair força de trabalho local. A última opção seria exigir aumentos salariais proporcionais em toda a indústria para preservar todos os trabalhadores que, em uma última análise, causaria inflação estrutural.

A teoria do dualismo no mercado de trabalho justifica a segmentação dos mercados de trabalho. No mercado local a população se desloca para profissões mais atraentes, enquanto os imigrantes ocupam empregos “3D” (abreviação em inglês para sujo, perigoso e difícil). Esta

²¹ PIORE, Michael J. **Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1979.

divisão é intensificada pela própria natureza de várias ocupações. Normalmente os atraentes são intensivos em capital, enquanto o 3D, trabalho intensivo.

Além disso, a força de trabalho imigrante é um fator de produção mais flexível do que o trabalho local, protegido por várias instituições (sindicatos, regulamentos de condição de trabalho, etc.), que é outro fator que intensifica o dualismo do mercado de trabalho. Isso também dá razões para o predomínio de mulheres e de jovens entre os migrantes. Eles estão mais dispostos a aceitar empregos mal pagos em condições desfavoráveis do que outros grupos.²² Assim, a teoria do dualismo no mercado de trabalho fornece explicações para muitas características úteis dos fenômenos migratórios, entretanto, parece difícil de operacionalizar para atender às previsões de migração em um nível macroeconômico.

Em uma tentativa de generalizar a perspectiva macroeconômica, a teoria dos sistemas do mundo²³ assume que a migração internacional está associada com os avanços do sistema capitalista e mercados globais, não só no "núcleo" do mundo econômico, mas também em regiões periféricas e semiperiféricas. Um fluxo de mercadorias e capitais do núcleo para as periferias, "em busca de terra, matérias-primas, mão de obra e novos mercados de consumo" é balanceado pelo fluxo de trabalho no sentido oposto. Há muitas forças motrizes por trás desse processo. Por um lado, há uma demanda crescente para trabalhos de baixa qualidade nas regiões centrais, onde os empregos no setor manufatureiro tornam-se menos desejáveis para a população local, após a mudança para a economia baseada em serviços. Por outro lado, a comercialização da produção agrícola nas periferias causadas pelo fluxo de capital leva a um aumento da produtividade e a redução resultante da procura para a mão de obra local. Esses fatores instigam a migração do excedente da força de trabalho agrícola, que é "retirado" das regiões periféricas na busca de qualquer oportunidade de emprego formal ou informal nos segmentos de baixa remuneração dos setores de manufatura e serviços nos países centrais.²⁴

A teoria dos sistemas do mundo também reconhece a presença de muitas outras conexões, não só materiais, mas também históricas, culturais e linguísticas entre os países de origem e destino, que influenciam os fluxos migratórios. Estes elementos são a razão, porque toda a teoria não pode ser simplesmente classificada como "macroeconômica", mas sim oferece outra

²² MASSEY, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., and Taylor, J. E.. Theories of International Migration: Review and Appraisal. **Population and Development Review**, 19(3): 431–466. 1993.

²³ (Wallerstein, 1974)

²⁴ (Zlotnik, 1998)

perspectiva transversal, combinando explicações econômicas e sociológicas. Como observado por Massey²⁵, em última análise, a migração internacional tem pouco a ver com taxas salariais ou diferenciais de emprego entre os países; resulta da dinâmica de criação de mercado e na estrutura da economia global. É dada atenção especial às relações assimétricas entre as ex-colônias e sua antiga metrópole, esta última considerada a ter condições mais favoráveis de comércio. A esse respeito, Jennissen²⁶ observou que, embora esta teoria dá razão à filosofia do movimento pós globalização, a sua visão sobre o comércio internacional pode ser vista como controversa, como o livre comércio é contemporaneamente pensado para reduzir as disparidades de renda e emprego (e, portanto, também a migração). No entanto, a teoria dos sistemas do mundo é articulada apenas verbalmente, não em termos formais matemáticas, e é muito geral, a fim de servir como uma referência direta para a previsão de migração.

1.2. Teorias Microeconômicas

As decisões de migração a nível individual são explicadas, por exemplo, pela teoria microeconômica neoclássica de Sjaastad²⁷, que trata da migração como um investimento em capital humano, e um resultado de uma análise racional de custo-benefício. De acordo com esta teoria, os migrantes potenciais escolhem os destinos que estão maximizando o valor presente líquido de sua renda futura esperada, menos vários custos diretos e indiretos da migração. Em um quadro mais abrangente, isto pode ser formalizado como:

$$ER(0) = [p_1(t)p_2(t)Y_d - p_3(t)Y_0(t)] \cdot e^{-rt} dt - C(0).$$

Na equação acima, $ER(0)$ indica os rendimentos esperados de migração no momento 0, p_1 é probabilidade de não ser deportado ($p_1 < 1$ para imigrantes irregulares), Y_0 e Y_d são ganhos na origem e destino, enquanto p_2 e p_3 denotam as respectivas probabilidades de encontrar um emprego. Além disso, r é a taxa de desconto, e $C(0)$ é a soma de todos os custos da migração, tanto econômica e psicológica, embora este último pareça ser muito difícil de operacionalizar e medir.

²⁵ Massey. Op. cit. 1993.

²⁶ Jennissen. Op. cit. 2004.

²⁷ SJAASTAD, L. A.. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**, 70(5): 80-93. 1962.

A generalização da decisão microeconômica é o conceito de expectativa de valor de DeJong e Fawcett²⁸. O modelo subjacente formal define a motivação individual para migrar (MM), estando sujeitos à maximização, como:

$$MM = \sum_i^{\infty} P_i \cdot E_i$$

Os valores de P_i referem-se aos resultados de migração preferenciais, e E_i às “expectativas” de sua realização por meio de migração, que são manter por um migrante potencial e, portanto, pode ser interpretado como probabilidades subjetivas. O índice i denota os “valores” ou “desejos” de um indivíduo, isto é, várias dimensões do problema de tomada de decisão.

A teoria apresentada é muito abrangente e pode entender diferentes aspectos das decisões humanas no contexto de migração (diferentes valores de i), não limitados apenas às econômicas (desemprego, salários), mas também, potencialmente, tendo em conta as esferas sociais e psicológicas da vida. Por outro lado, Faist aponta para o fato de que a teoria da expectativa de valor seria de difícil aplicação para a previsão de decisões, como as pessoas tendem a racionalizar a sua ação “a posteriori”, como é sugerido pela formulação de (3). Além disso, muitas das dimensões do problema de decisão migratórias podem ser, mais uma vez, praticamente impossíveis de medir.

A Nova Teoria Econômica da Migração²⁹ sugere que as decisões de migração são tomadas por famílias e não por indivíduos. Este achado coincide com as observações de que os processos migratórios são caracterizados por padrões familiares visíveis, como foi observado tanto por economistas³⁰, e demógrafos³¹. A partir deste ponto de vista, estratégias de migração diversificadas de agregado familiar são um instrumento de gestão de risco ao nível das famílias, em vez de uma maximização simplista do rendimento esperado. Nesta abordagem, as diferenças salariais entre a origem e países de destino não são um pré-requisito para a migração.

²⁸ DEJONG, G. F., and FAWCETT, J. T. Motivations for Migration: An Assessment and a Value-Expectancy Research Model. In: G. F. DeJong, and R. W. Gardener (eds.), **Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries**. Pergamon Press: New York, 1981. pp. 13–57.

²⁹ (Stark, 1991)

³⁰ MINCER, J.. Family Migration Decisions. **Journal of Political Economy**, 86(5): 749–773. 1978.

³¹ CASTRO, L. J., and ROGERS, A.. **Patterns of Family Migration: Two Methodological Approaches**. *Environment and Planning A*, 15(2): 237–254. 1983.

Uma das possíveis extensões desta perspectiva é o Modelo de Ciclo de Vida teórico de Dustmann³², que formulou um quadro estocástico para a análise da migração e migração de retorno sob a condição de incerteza, com foco em poupança de precaução dos indivíduos. Poupança pode ser visto como mais um elemento de gestão de risco ao nível das famílias, relacionada com transferências monetárias de migrantes para suas famílias no país de origem.

Outros exemplos teóricos que explicam a presença de fluxos migratórios, apesar da ausência de diferenças nos níveis de renda foram estudados por Stark³³. Ele salienta um importante papel de preferências individuais ("gosto") em favor da migração, bem como da diferença do poder de compra das poupanças geradas por migrantes entre as regiões de origem e destino, o que justifica a presença de migração de retorno. Outro fator muito importante é a migração do contexto da comunidade, a qual pode estar associada com o conceito de privação relativa³⁴. Esta abordagem propõe que a migração não é alimentada por absoluto, mas pelos diferenciais de renda relativa em relação ao grupo de referência de potenciais migrantes. Esta noção fornece uma ligação entre economia e psicologia, este último com relação ao sentimento de ressentimento em relação ao grupo de referência. A privação relativa de uma família com rendimento y é definida como:

$$RD(y) = \int_y^{y_{max}} h[1 - F(z)] dz,$$

onde $F(z)$ denota a distribuição de renda acumulada em uma dada comunidade, y_{max} é o rendimento máximo observado neste grupo, e $h(\cdot)$ é uma função monotonamente crescente, medindo a insatisfação com respeito à posição relativa do rendimento do agregado na comunidade de referência.³⁵

Recentemente, Quinn³⁶ estendeu a definição de privação relativa a outros bens duráveis, terra e moradia, além da renda. Em sua análise empírica da migração dentro do México, bem como do México para os Estados Unidos, os dados de apoio a uma hipótese sobre o efeito combinado de diferenças salariais absolutas e privação relativa sobre os fluxos migratórios. Tal

³² DUSTMANN, C.. Return migration, uncertainty and precautionary savings. **Journal of Development Economics**, 52(2): 295–316. 1997.

³³ STARK. Op. Cit. 2003.

³⁴ STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, v.26, n.1, p.1-14, Feb. 1989.

³⁵ Idem

³⁶ QUINN, M. A. Relative Deprivation, Wage Differentials and Mexican Migration. **Review of Development Economics**, 10(1): 135–153. 2006.

abordagem pode fornecer uma solução parcial para o problema notado por Massey, que as novas teorias neoclássicas da migração "levam a conclusões divergentes sobre as origens e a natureza da migração internacional"³⁷.

Outras tentativas para conciliar os dois paradigmas (neoclássicos e 'nova economia') podem potencialmente ser destinadas a combinar os dois níveis de tomada de decisões (individuais ou família), suas funções distintas (maximizar lucro ou minimizar o risco), ou a presença do contexto social (por exemplo, se a renda é percebida em termos absolutos ou em relação à distribuição de renda em um grupo de referência). Um modelo do nível microeconômico em que sejam expostas decisões migratórias teria de ser baseado na programação de multicritérios com muitos parâmetros e restrições. Problemas deste tipo, embora potencialmente muito complexos, tanto podem ter soluções analíticas relativamente simples, ou serem resolvidos utilizando métodos numéricos, e assim seria possível de fornecer uma contribuição útil para aplicações de previsão migratória de ordem prática. No entanto, o problema de se construir um sistema com múltiplos níveis e critérios em um modelo microeconômico de migração permanece muito além do âmbito dos estudos correntes.

1.3. Teorias Multidisciplinares

Além das teorias de disciplinas específicas de migração, houve também várias tentativas para propor uma explicação unificada para os fluxos populacionais. A teoria da Migração dos Sistemas distingue os sistemas de migração compostos de vários países de envio e recebimento caracterizados por semelhantes padrões migratórios³⁸. Em tal sistema dinâmico, a migração é em uma interação contínua com históricos vínculos econômicos, culturais e políticos entre os países, tanto a nível micro e quanto macro. A presença de efeitos de retorno faz com que a população flua simultaneamente como uma causa, bem como um resultado das outras interações. Apesar das claras vantagens de tal abordagem de síntese e perspectiva múltipla, é no momento muito complexo para ser aplicada na prática, especialmente tendo em conta os problemas com a disponibilidade e qualidade das estatísticas de migração internacionalmente comparáveis³⁹.

³⁷ MASSEY. Op. cit. 1993.

³⁸ KRITZ, M., LIM, L. L., and ZLOTNIK, H. (eds.). **International migration systems: A global approach**. Clarendon Press: Oxford. 1992.

³⁹ ZLOTNIK. Op. cit. 1998.

Outra tentativa para criar um quadro para sintetizar a teoria da migração internacional foi recentemente realizada por Massey⁴⁰. Sua proposta combina determinantes econômicos, políticos, sociológicos e psicológicos com o conceito de migração de transição, e com os efeitos da duração da estadia. Em geral, Massey percebe a migração internacional nos países pós-industriais, como resultado do desenvolvimento socioeconômico e dos processos de integração⁴¹. No entanto, no atual estágio de desenvolvimento, essas ideias estão longe de constituir uma teoria abrangente das migrações, e parece quase impossível de ser operacionalizado em aplicações práticas. Conclui-se que nenhuma teoria por si só, é capaz de abranger todos os aspectos de um fenômeno complexo e multifacetado como a migração, sendo a combinação de abordagens teóricas a maneira mais eficiente de analisar o fenômeno migratório.

⁴⁰ MASSEY, D. S.. A Synthetic Theory of International Migration. In: V. Iontsev (ed.), **World in the Mirror of International Migration**. (pp. 142-152). Moscow: MAX Press. 2002.

⁴¹ Idem

2. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

Neste capítulo será apresentada uma breve revisão da evolução histórica da migração internacional no Brasil a fim de analisar sua relação com o desenvolvimento da economia e formação da população brasileira. Esta seção está dividida em três diferentes fases deste fluxo migratório. Primeiramente será abordado o período de colonização portuguesa, povoamento do território brasileiro e estabilização da economia após a Segunda Guerra. A segunda fase terá como foco apresentar evidências da transação do Brasil de um país de imigrantes para um país de emigrantes, que na década de 1980 passou a ter saldo migratório internacional negativo. Por último, serão analisadas as últimas informações do Censo 2010 sobre este fenômeno no contexto de turbulência da crise econômica mundial.

2.1 O papel dos imigrantes no povoamento do território brasileiro

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, o território era habitado por uma população nativa, cujo número exato é difícil conhecer. Estudos realizados pelo IBGE estimam que no século XVI aproximadamente 2,4 milhões de indígenas viviam aqui, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1. Estimativas da população indígena e sua distribuição no Brasil

Grupos indígenas selecionados e localização	Estimativas da população indígena	
	População indígena moderna	Século XVI
Acre (Rio Purús) Não menos de 16 grupos	3 000-5 000	30000
Amazonas (Rio Branco) 9 grupos	11 000-16 000	33000
Tocantins 19 grupos	5 000-5 600	101000
Nordeste - litoral 7 grupos	1 000	208000

Nordeste - interior Não menos de 13 grupos	-	85000
Maranhão 14 grupos	2 000-6 000	109000
Bahia 8 grupos	-	149000
Minas Gerais 11 grupos	0-200	91000
Espírito Santo (Ilhéus) 9 grupos	-	160000
Rio de Janeiro 7 grupos	-	97000
São Paulo 8 grupos	-	146000
Paraná e Santa Catarina 9 grupos	3 200-4 200	152000
Rio Grande do Sul 5 grupos	-	95000
Mato Grosso do Sul 7 grupos	6 200-8 200	118000
Mato Grosso Central Não menos de 13 grupos	1 900-2 900	71000
Outros	...	786000
Total	...	2431000

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. P. 225.

A questão é que quase a totalidade das terras brasileiras, ainda não delimitadas, era coberta por florestas o que prejudica as estimativas. Os primeiros imigrantes que aqui chegaram foram os portugueses, que ao tomarem posse da terra, estabeleceram uma colonização de exploração baseada na economia extrativa.

Com a elevação no preço do açúcar na Europa, diante das condições favoráveis que o Brasil apresentava, Portugal decidiu implantar aqui a cultura canavieira. Com essa política, maior era a necessidade de mão de obra. Desse modo, iniciou-se o estímulo ao tráfico de escravos africanos. Essa imigração era forçada, pois não havia “escolha” da parte dos emigrantes nem excesso de população nas regiões. Esse tráfico foi intenso de 1550 até 1850, conforme apresenta as tabelas abaixo:

Tabela 2 e 3. Desembarque estimado de africanos no Brasil

Desembarque estimado de africanos no Brasil Séculos XVI-XVIII Períodos 1531-1575 a 1771-1780		Desembarque estimado de africanos no Brasil Século XVIII e quinquênios de 1781-1785 a 1851-1855	
Períodos	No período	Períodos	No período
1531-1575	10000	1781-1785	63100
1576-1600	40000	1786-1790	97800
1601-1625	100000	1791-1795	125000
1626-1650	100000	1796-1800	108700
1651-1670	185000	1801-1805	117900
1676-1700	175000	1806-1810	123500
1701-1710	153700	1811-1815	139400
1711-1720	139000	1816-1820	188300
1721-1730	146300	1821-1825	181200
1731-1740	166100	1826-1830	250200
1741-1750	185100	1831-1835	93700
1751-1760	169400	1836-1840	240600
1761-1770	164600	1841-1845	120900
1771-1780	161300	1846-1850	157500
Total	1895500	1851-1855	6100
		Total	2113900

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. P. 225.

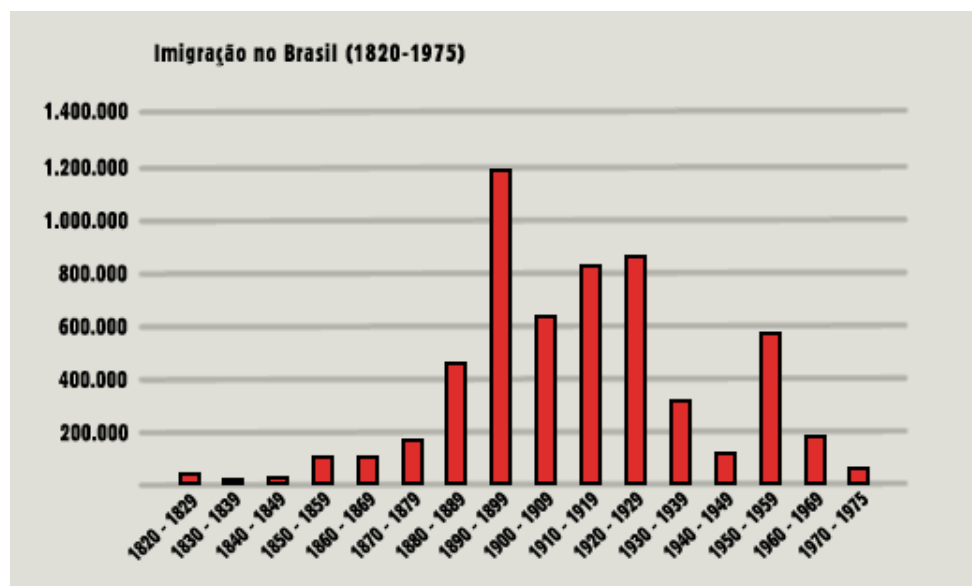
No início do século XIX algumas circunstâncias favoreceram a transformação de migrantes estrangeiros dirigidos ao Brasil, isto é, de migração africana forçada para migração de força de trabalho livre, e de origem europeia. De um lado os escravos conseguiram mais direitos e proteção, o que dificulta o contínuo tráfico de escravos. De outro lado, a redução nos níveis de mortalidade e a melhoria da qualidade de vida provocaram um aumento da população na Europa. Esse excedente populacional e um sistema econômico inadequado favoreceram fortemente a emigração europeia e seu interesse em cessar a escravidão. O Brasil começou tardiamente sua política de imigração devido à transição de um sistema econômico escravocrata para um sistema capitalista de produção com o advento da economia cafeeira.

Sem dúvida, a principal e mais imediata pressão sobre a política imigratória do país, era a que derivava dos interesses dos fazendeiros e, particularmente, dos cafeicultores. Esses interesses fortaleceram a entrada de mão de obra estrangeira através do fácil acesso à terra e outras formas de assistência concedidas pelos fazendeiros.

Uma questão relevante é o motivo de incentivar à entrada de imigrantes internacionais e não ao deslocamento interno. Uma suposição é o preconceito dos fazendeiros contra “ex-escravos” e a possibilidade de uma oposição política aberta a transferências inter-regionais de trabalhadores livres, por parte de certos grupos de interesse. Seguindo a interpretação de que os movimentos migratórios são necessários à consolidação das relações capitalistas de produção, é enfatizada a necessidade de eliminação de setores sem tradição escrava; é nesse contexto que se coloca, a discussão da utilização de mão de obra estrangeira versus nacional.

Com a abertura oficial dos portos brasileiros em 1808, a entrada de estrangeiros no país aumentou. No primeiro Censo, realizado em 1872, foram enumerados um total de 389.459 estrangeiros residentes no Brasil. Em anexo, a Tabela 1, traz uma ideia de evolução da imigração estrangeira durante o período de 1820 a 1975, ano a ano.

Figura 3. Imigração no Brasil (1820 -1975)



Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. P. 225.

Como sugerido por Levy⁴², pode-se dividir os números da imigração no Brasil em quatro períodos: o primeiro de 1820 a 1876; o segundo de 1877 a 1903; o terceiro de 1904 a 1930, e o quarto de 1931 a 1963.

No primeiro período, que se inicia com os primeiros núcleos colonizadores, é característico o fluxo constante de portugueses. Esse período corresponde às várias iniciativas governamentais e privadas de colonização. Até 1876, 45,73% dos imigrantes eram portugueses, 35,74% de “outras nacionalidades”; alemães somam 12,97% e italianos e espanhóis juntos não chegam a 6%.

Entre 1877 e 1903, a tendência começa a se alterar e, de modo geral, caracteriza-se pela intensa imigração italiana (58,49%), além da redução da participação dos portugueses (20%). É no decorrer desse período que aparecem pontos máximos de imigração, correspondentes aos anos de 1891, 1895, 1896, 1897, 1894, 1888 e 1890, nessa ordem. É justamente em 1902 que foi promulgado na Itália o decreto Prinetti proibindo a imigração gratuita para o Brasil, devido às más condições a que seus emigrantes estavam relegados no Estado de São Paulo. Adicionalmente, a crise da cafeicultura no início do século explica-se parte da diminuição da imigração italiana de 1904 em diante.

O terceiro período corresponde a um grande fluxo imigratório com uma média anual de 79.000 pessoas. A partir de 1908 os japoneses começam a chegar ao Brasil, sendo sua imigração subsidiada por companhias japonesas. Durante os anos 1915 a 1918, primeira guerra mundial, o número de entradas de estrangeiros ficou bastante reduzido. É interessante observar que a categoria “outras nacionalidades” aumenta consideravelmente o número de entradas. Essa categoria é composta de imigrantes da Polônia, Rússia e România que imigraram, provavelmente, por questões políticas. É também nesse período que São Paulo, o único Estado que ainda subsidiava a imigração deixa de fazê-lo em 1927.

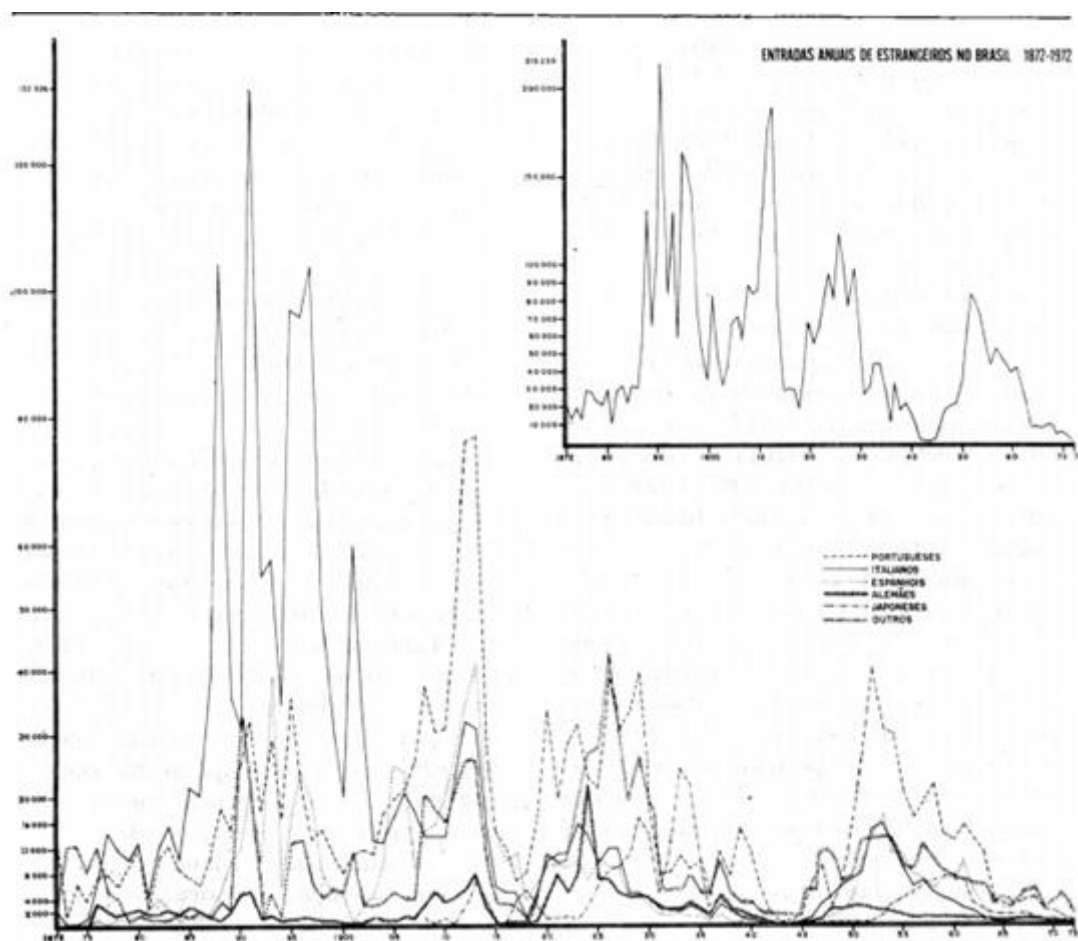
No final de 1930 são publicadas as primeiras medidas restritivas no que diz respeito a imigrantes internacionais, até a fixação de quotas na Constituição de 1934. Portanto, é nesse clima que se inicia o quarto e último período constituído, que se estende por 33 anos (de 1931 a 1963). Os anos de 1932 e 1935 constituem um período de considerável imigração japonesa, cuja proporção se eleva a quase 30% total de entradas. Os anos correspondentes a II Guerra Mundial

⁴² LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde Pública**. São Paulo, n. 8 (supl), p. 49-90, 1974.

apresentaram número bastante reduzido de entradas, em torno de 2.000 imigrantes anuais. A Constituição de 1946 ameniza certos itens da legislação de quotas e, assim, a imigração ressurge, em níveis mais baixos que no passado. A partir de 1953 iniciaram as chamadas imigrações dirigidas demandadas principalmente pelo setor industrial.

Após esses quatro períodos mencionados, com a ascensão do poder militar em 1964, ocorreu um declínio acentuado no número de imigrantes que entraram no país.

Figura 4. O papel do imigrante na evolução da população brasileira



Fonte: LEVY, M.S.F. – O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). Rev. Saúde públ., S. Paulo, 8(supl.): 49-90, 1974.

Figura 5. Entradas de estrangeiros no Brasil por período e nacionalidade

Nacionalidade \ Períodos	Portu- gueses	Italia- nos	Espa- nhóis	Ale- mães	Japo- neses	Outras nacio- lidades	Total de imigrantes
Total do 1.º período							
1820 a 1876	160119	16562	2901	45419	—	125116	350117
1877-1886	83998	132153	15715	20936	—	20360	273162
1887-1903	305582	995620	193607	22795	—	137226	1654830
Total do 2.º período	389580	1127773	209322	43731	—	157586	1927992
1904-1914	412607	212063	243617	36670	15543	165349	1085849
1915-1918	41897	17647	31539	753	9728	10102	111648
1919-1930	337723	116319	91776	80447	75382	243637	945284
Total do 3.º período	792227	346029	366932	117852	100653	419088	2142781
1931-1940	95740	18328	9937	24472	86414	53716	288607
1941-1945	9073	276	275	486	1548	6774	18432
1946-1963	320595	115754	123590	24606	53556	161264	799365
Total do 4.º período	425408	134358	133802	49564	141518	221754	1106404
1964 a 31/8/72	22980	4527	4467	3912	5836	32360	74082

Fonte: LEVY, M.S.F. Op. cit. 1974.

Como foi possível observar nos estudos levantados, a experiência histórica do Brasil em relação à migração internacional tem como característica principal a de um país de imigração.

Desde a descoberta do país levam de imigrantes aportaram na costa brasileira e contribuíram para a sua formação. Assim como em outros países da América Latina, este povoamento foi possível graças à intervenção governamental que, para atender aos interesses ligados à agricultura, principalmente a cafeeira, criou mecanismos que facilitaram a vinda de imigrantes europeus. Nas duas primeiras décadas do século XX, a expansão da economia cafeeira contribuiu para o início da industrialização do país, cuja expansão ampliou o campo de trabalho dos imigrantes.

O fluxo de imigrantes para o país diminuiu consideravelmente a partir da segunda guerra, chegando a apresentar, nos anos 70, uma população praticamente fechada a imigração internacional. No início da década de 1980, outro processo teve início e o Brasil experimentou, pela primeira vez, fluxos migratórios negativos, passando, assim, de um país de imigração para um país de emigração. As estimativas sobre o volume deste novo fluxo são difíceis de se obter, uma vez que não há informações de qualidade sobre a saída de brasileiros e mesmo sobre a sua chegada nas localidades de destino.

2.2. Saldos migratórios negativos: de um país de imigração para um país de emigração

Carvalho estimou o saldo migratório do Brasil na década de 1980 para a população maior de 10 anos baseado em dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 e utilizando técnicas demográficas indiretas.⁴³

As estimativas aqui apresentadas surpreendem por indicar que o Brasil teria perdido, durante a última década, um montante significativo de sua população – dependendo da estimativa, cerca de 1 milhão de pessoas (741 mil homens e 302 mil mulheres de dez ou mais anos de idade), ou 2 milhões e meio de pessoas (1.350 mil homens e 1.180 mil mulheres de dez ou mais anos de idade) – mediante os fluxos migratórios internacionais.⁴⁴

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, levantados junto aos consulados brasileiros, em 1997, 1,5 milhão de brasileiros viviam fora do país e, em 2002, este número havia aumentado para 2 milhões de pessoas. Outras fontes indicam que este contingente já teria chegado à casa de 4 milhões.⁴⁵ Segundo os últimos registros do Itamaraty, o maior número de imigrantes brasileiros está nos Estados Unidos (1.245.759), seguido pelo Paraguai (408.571);

⁴³ CARVALHO, J.A.M. de. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N.L. (Coord.). **Migrações Internacionais Herança XX Agenda XXI**. Campinas: FNUAP, 1996.

⁴⁴ Idem

⁴⁵ Cabral, 2006, p.94

Japão (329.519) e no conjunto dos países europeus (936.400). Com exceção no caso do Japão, onde há simetria entre os números dos consulados brasileiros e os disponibilizados pelos organismos oficiais locais, nos outros países os dados não revelam a real extensão da população de brasileiros, indicando que esta imigração é majoritariamente de não documentados.

Além da dificuldade de estimar o volume de emigrantes brasileiros no exterior, as questões que envolvem as motivações para saída do país têm suscitado muito debate e também se pode dizer que não haja um consenso.

Diante da precariedade das informações sobre os emigrantes brasileiros, os estudos enfatizam levantar algumas características deste fluxo nos locais de destino. Em trabalho sobre os brasileiros que vivem no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, Martes comparou, em dois momentos - 1996 e 2004 - a evolução de algumas características destes imigrantes.⁴⁶ Nos dois períodos a maioria dos brasileiros tinha menos de 35 anos de idade. Entretanto, houve um crescimento no número de pessoas com maior grau de escolaridade, isto é, 3º grau completo. Segundo a autora, esta é uma clara indicação de que os imigrantes brasileiros possuem qualificação superior às ocupações que conseguem exercer nos Estados Unidos.

A pesquisa identificou ainda que as principais razões da emigração dos brasileiros estavam ligadas a problemas financeiros e busca de melhores salários. Em 1996, 18% dos imigrantes pesquisados colocaram estas questões como o motivo mais importante para sair do país. Em 2004, estas razões foram alegadas por 60% dos entrevistados. A acumulação de renda para aquisição de bens no Brasil era o objetivo da emigração para 13% dos entrevistados nos dois momentos estudados. Tanto em 1996 como em 2004 o percentual dos entrevistados que pensavam em retornar ao Brasil se manteve em 80%. No entanto, muitos não sabiam exatamente o momento que iriam voltar ao país de origem. Segundo a autora “este retorno está condicionado às conquistas dos objetivos econômicos, ao alcance de um status legal que lhes garanta a possibilidade de ir e voltar para os Estados Unidos”⁴⁷. Desta forma, este momento de partida estaria condicionado à conjuntura local e também às expectativas em relação às oportunidades no Brasil. Estes dados sugerem ser inapropriado tratar de um tema complexo como as migrações internacionais conforme um único ponto de vista, principalmente considerando a diferença de

⁴⁶ Martes (2004)

⁴⁷ Idem, p.10.

situações no local de origem e de destino, além da natureza conjuntural de aspectos como oferta e demanda por mão de obra, taxas de desemprego e de câmbio, etc.

2.3. Século XXI: reversão do saldo migratório internacional negativo?

O bom desempenho da economia brasileira perante a turbulência mundial e o calendário de grandes eventos nos próximos anos, como a Copa do Mundo e Olimpíada, atraiu mais estrangeiros para viver no país e provocou a volta de brasileiros que moravam fora, segundo estudo do IBGE realizado para o Censo Demográfico de 2010.

O levantamento para última década (2000 – 2010) mostra que o número dos chamados imigrantes internacionais cresceu quase 87%, incluindo estrangeiros e brasileiros que estavam morando no exterior. Do total de 268.486 pessoas que vieram para o Brasil, 34,9% eram nascidos no exterior e 65,1% nasceram no Brasil, foram morar em outros países, e depois retornaram, classificados como imigrantes internacionais de retorno.

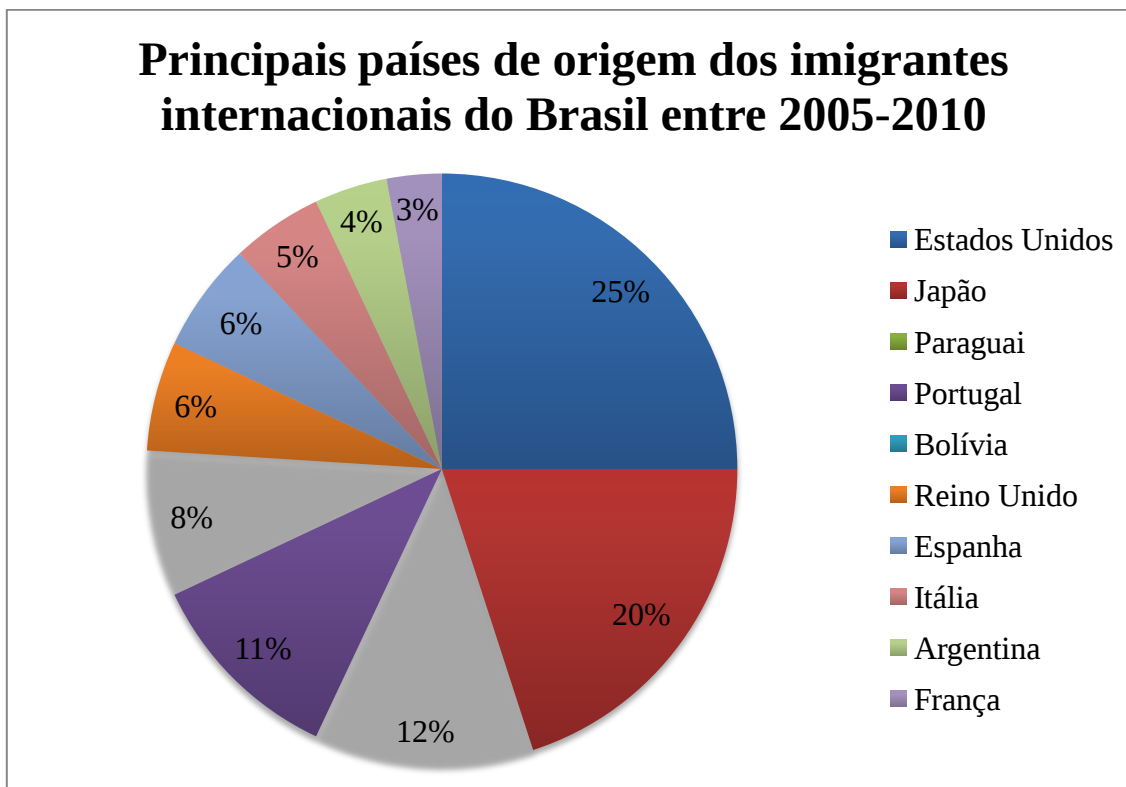
Segundo o estudo os principais estados de destino desses imigrantes foram São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Os principais países de origem dos imigrantes foram Estados Unidos, Japão, Paraguai, Portugal e Bolívia.

Com o aumento do nível de desemprego nos países afetados fortemente pela crise, segundo o ministério do trabalho, no 1º semestre de 2012 o número de vistos concedidos a estrangeiros que vem trabalhar no Brasil bateu recorde (quase 33 mil).

Desde 2005, vem crescendo o número de pedidos de vistos de trabalho para estrangeiros no Brasil. Entretanto, com a crise econômica na Europa e nos Estados Unidos, o país se tornou muito mais atraente para os profissionais que vem lá de fora.

A maioria dos estrangeiros vem para trabalhar a bordo de embarcações ou nas plataformas de petróleo e gás. Entre as nacionalidades, os americanos são maioria, como podemos observar na imagem abaixo:

Figura 6. Principais países de origem dos imigrantes internacionais do Brasil entre 2005-2010



Fonte: IBGE. Censo 2010.

Com base nos dados apresentados, as evidências sugerem que, nos últimos anos, pode estar havendo uma reversão do saldo migratório internacional negativo do Brasil. Esta redução das “perdas” populacionais em relação ao resto do mundo pode ser consequência tanto da diminuição do número de emigrantes internacionais como do aumento de imigrantes que o país tem recebido.

Segundo Marden Barbosa de Campos:

(..) o país encontrar-se-ia em uma situação intermediária em termos da migração internacional. Não se caracterizando mais como um país tipicamente expulsor de população, à maneira de outros países latino-americanos, mas também não sendo um país que atrai estrangeiros em quantidade significativamente superior ao número de indivíduos que deixam o país. O panorama parece ser de que, ao mesmo tempo que recebe muitos migrantes internacionais, sejam eles nascidos no exterior ou brasileiros retornados, o país também envia um contingente populacional significativo para outros países.⁴⁸

⁴⁸ CAMPOS – REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.121, p.189-200, jul./dez. 2011. Reversão do Saldo Migratório Internacional negativo do Brasil? Evidências preliminares com base nos dados do Censo 2010.

3. RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL

A partir dos estudos teóricos e históricos levantados até aqui, nesta última seção será abordada a relação entre migração internacional e desenvolvimento socioeconômico no Brasil, a fim de apresentar os possíveis efeitos positivos da transferência de recursos provenientes de brasileiros que vivem no exterior para a região emissora.

3.1. Aspectos Gerais

A análise da relação entre fluxo migratório e desenvolvimento envolve uma questão fundamental: qual é a direção do relacionamento entre esses dois processos? Uma falsa pressuposição aponta que os movimentos populacionais eram gerados pela falta de desenvolvimento: os indivíduos emigravam de países pobres, sem possibilidade de ascensão social, para áreas desenvolvidas. Entretanto, migração internacional, que vincula regiões emissoras e receptoras, devia promover crescimento econômico da área de origem devido às remessas e investimentos da emigração. Assim, com o passar do tempo, o desenvolvimento da região emissora devia reduzir a quantidade de emigrantes.

Esta abordagem está presente na política migratória de países desenvolvidos, especialmente os membros da EU. Como por exemplo, Espanha e Itália tentam combater a elevada imigração clandestina. Portanto, programam nas suas políticas migratórias o “regime de encerramento e coarctação”⁴⁹: os programas de assistência oficial para o desenvolvimento são oferecidos e direcionados àqueles países (especialmente da África subsaariana) que admitem os imigrantes ilegais entregados pelas autoridades europeias. Esses programas têm como um objetivo principal criar empregos na região emissora, limitando assim a migração à Europa.

A Nova Economia da Migração aponta que não são os mais pobres que emigram. Especialmente a migração internacional, pode ser considerada como uma maneira de investimento, considerando risco e uma renda própria que os mais pobres não possuem. “Países e regiões pobres frequentemente exibem baixas taxas de migração, enquanto estes que participam

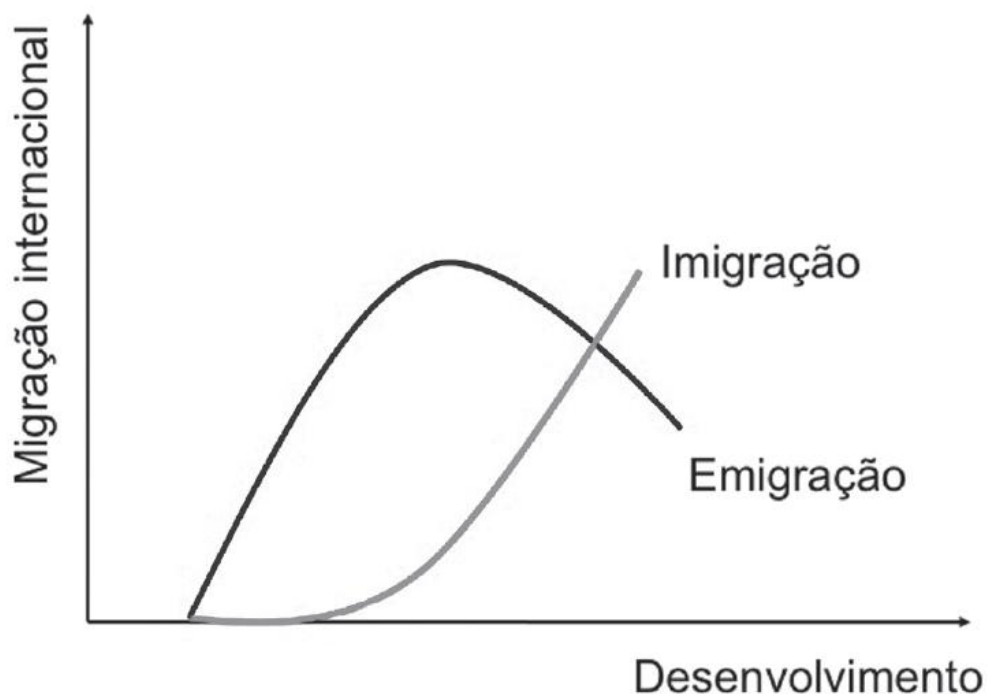
⁴⁹ NYBERG-SØRENSEN, N. et al. The migration-development nexus: evidence and policy options. **International Migration**, v.40, n.5, p.49-71, 2002.

de maneira ativa no sistema global podem ser caracterizadas pelos altos níveis de migração e mobilidade”.⁵⁰

No caso do Brasil, no início o fluxo migratório foi dominado pelas famílias pertencentes à “classe média empobrecida”, um grupo capaz de financiar sua saída do país com recursos próprios. Com o progresso da educação e renda per capita da população deve ser evidenciado um gradual aumento no desenvolvimento econômico na região de origem. Deste modo, o grupo que dispõe de informações e renda necessária para emigrar cresce.

Segundo o trabalho do pesquisador Hein De Haas, a migração deve ser considerada como um processo naturalmente vinculado e constituinte de um processo mais amplo,⁵¹ ou seja, o desenvolvimento econômico. O fenômeno descrito na literatura como “elevação migratória” (*migration hump*) aponta que o crescimento econômico, enriquecimento da população, estimula a migração. Apenas em nações de renda alta, isto é, em um estágio elevado de desenvolvimento a emigração está diminuindo e, simultaneamente, aumentando a imigração (Figura 7).

Figura 7 – Relação entre migração internacional e desenvolvimento



Fonte: De Haas (2009).

⁵⁰ SKELDON. **Migration and development**. Bangkok, Thailand: United Nations Expert Group Meeting on International Migration and Development in Asia and the Pacific, 20-21 September 2008, p.5.

⁵¹ Hein De Haas (2009),

Com base nesses dados, a evolução do saldo migratório no Brasil acompanha a hipótese de “elevação migratória”. Como apresentado anteriormente, entre os anos de 1980 e 1990, período de transição do fluxo migratório, o país era apontado como uma economia de renda baixa. Contudo, nas últimas décadas, houve um desenvolvimento dinâmico da economia brasileira que impulsionou a saída dos brasileiros para viverem no exterior. Nesse sentido, também não seria exagero evidenciar a presença crescente dos chineses e indianos em diversos países do mundo perante o crescimento econômico dos BRICS.

Desta maneira, se torna evidente o elevado nível de complexidade que envolve esses dois processos. A migração pode influenciar o desenvolvimento econômico do país de origem, mas também o desenvolvimento econômico – como foi demonstrado no caso brasileiro – exerce influência sobre a migração. Nos últimos anos essa relação se torna mais relevante com a possibilidade de utilização desse recurso na política econômica de países de emigração. Essa crescente orientação a favor da migração de algumas economias em desenvolvimento pode ser atribuída ao transnacionalismo e ao envelhecimento da população dos países desenvolvidos. Transnacionalismo pode ser definido como “um processo no qual os imigrantes criam e mantêm relações multidimensionais sociais que enlaçam suas sociedades de origem e de destinação”⁵². Nessa questão, a continuidade dos fluxos migratórios e a facilidade a atividade transnacional deve se ressaltar o importante papel das redes sociais, chamadas também de redes migratórias. Essas redes são mantidas por características em comum e laços que conectam os migrantes na região de destino, inicialmente desconhecida.

Portanto, aumenta o número de países emissores que buscam potencializar o processo de migração a fim de promover o desenvolvimento nacional. Para tentar dinamizar essa atividade o governo pode utilizar alguns instrumentos, como por exemplo: agilizar os procedimentos administrativos, programas de reintegração para os migrantes que retornam ao país emissor e redução parcial de impostos.

Todas essas análises tentando utilizar a migração como um instrumento de política econômica estão interligadas a hipótese otimista dos economistas que predomina nos últimos anos. Por outro lado, a visão pessimista pressupõe que os emigrantes são membros-chave para a

⁵² BASH, L. et al. **Nations unbound**: Transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states. Langhorne, Pa.: Gordon and Breach, 1994, p.7.

economia local, como: jovens, empreendedores e os trabalhadores mais qualificados. Se considerada essa suposição a saída dessas pessoas contribuiria para agravar a pobreza no país emissor. Este fato pode ser apontado como uma consequência temporária do mundo globalizado, onde os trabalhadores qualificados migram diante da expansão das multinacionais.

Essas abordagens contraditórias estão presentes na análise da relação entre o desenvolvimento econômico e o movimento populacional no quadro internacional desde os anos 1960.⁵³

3.2. Impacto das remessas monetárias na economia

Nesta seção será abordado com mais ênfase o impacto das remessas monetárias provenientes dos emigrantes sobre o desenvolvimento do Brasil.

O afluxo de remessas monetárias é o efeito mais evidente economicamente para o país de origem. Segundo a nova economia da migração os emigrantes investem parte do capital adquirido no exterior no país de origem, transferindo para a família, e parte no destino. Nesse sentido, no nível micro essas remessas podem estar atribuídas a impactos socioeconômicos relevantes nas áreas de emigração.⁵⁴

Considerando o crescimento do fluxo desses recursos dos imigrantes para países emergentes, os efeitos econômicos devem ser visíveis também no nível macro (Figura 2). Em 2008, o influxo bruto de remessas para os países emergentes atingiu US\$ 338 bilhões, o número que constituiu 2% do Produto Interno Bruto dessas economias. Os países da América Latina receberam nesse ano US\$ 64,7 bilhões de remessas, que constituíam 1,8% de seus PIB⁵⁵. Portanto, deve-se analisar a questão dos efeitos positivos das remessas de recursos dos imigrantes para o desenvolvimento dos países de emigrantes.

⁵³ DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Institute Working Papers**, University of Oxford, n.9, p.1-61, 2008.

⁵⁴ TAYLOR, J. E. International migration, remittances and development: myths and facts. **International Migration**, v.37, n.1, p.63-88, 1999.

⁵⁵ RATHA, D. et al. Migration and remittance trends 2009. **Migration and Development Brief**, n.11, November 3, 2009, Development Prospects Group, World Bank.

Figura 8 – Influxo de remessas monetárias (bruto) para os países emergentes: 1970-2009 (US\$ milhões).



Fonte: Ratha et al. (2009). Os dados para o ano 2009 são apenas estimativos.

Diante dessa discussão a respeito das implicações das remessas pode-se apontar duas abordagens contraditórias. A abordagem otimista salienta que esses recursos vindos do exterior podem contribuir de forma produtiva por meio de investimentos em educação, saúde e na criação de novas empresas. Então, a influência das remessas não teria apenas um efeito temporário, mas seria um fator relevante para o desenvolvimento socioeconômico no longo prazo, reduzindo a pobreza e aumentando a renda per capita do país de origem. Esses efeitos positivos deverão ser visíveis tanto no nível micro como no macroeconômico⁵⁶.

No entanto, a abordagem pessimista aponta dúvidas quanto às consequências positivas. Apenas uma pequena parcela de recursos transferidos do exterior é usada de maneira produtiva, pois “as remessas estão sendo direcionados principalmente para despesas correntes do dia-a-dia [...], ou seja, o dinheiro é usado para aquisição dos bens de consumo de curto prazo”⁵⁷. Portanto, as remessas contribuem na manutenção de um padrão de vida mínimo, porém não possuem

⁵⁶ GHOSH, B. **Migrants’ remittances and development.** Myths, rhetoric and realities. IOM. Geneva: The Hague Process on Refugees and Migration, Den Haag. 2006.

⁵⁷ MARTES, A. C. B.; SOARES, W. Remessas de recursos dos imigrantes. **Estudos Avancados**, São Paulo, v.20, n.57, p.41-54, 2006. p.41.

capacidade de provocar mobilidade social⁵⁸. No nível macro, o afluxo de remessas pode contribuir para a “elevação da reserva de moeda estrangeira, que pode gerar valorização da moeda nacional, o que por sua vez interfere na lucratividade da exportação dos produtos manufaturados”⁵⁹, o conceito econômico conhecido na literatura como a “doença holandesa”⁶⁰.

O estudo de Acosta et al. realizado em 59 países emergentes entre os anos de 1970-2000 apresenta que as transferências de recursos dos imigrantes podem ajudar consideravelmente na redução da pobreza.⁶¹ Para os países da América Latina e Caribe o aumento de remessas em um ponto percentual era em média associado com a redução da pobreza em 0,37%. Deste modo, o número de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia reduziu 35% na República Dominicana e 40% no México.

As condições socioeconômicas existentes na região de emigração também são fundamentais para que a produtividade das remessas e seu impacto sobre o desenvolvimento sejam visíveis. Martes & Soares acentuam que:

As remessas monetárias, raramente, são usadas com propósito produtivo, o que se deve em larga medida à inexistência de ambiente propício a esse tipo de investimento: se o país de origem não oferece ambiente social, econômico e institucional favorável para que o migrante use seu capital econômico e humano produtivamente, parece irreal esperar que as remessas possam, por si mesmas, promover a redução da pobreza e o desenvolvimento local.⁶²

Portanto, o que deve ser considerado “produtivo” quando analisamos os gastos das remessas depende do contexto socioeconômico. Em um estudo realizado no México, Silvia Grigolini aponta que os recursos dos emigrantes podem ser usados de maneira produtiva mesmo que as despesas das famílias sejam classificadas como compra de bens de luxo⁶³. A primeira impressão é de um consumo desnecessário, porém este investimento trazia lucro, como por exemplo: automóveis importados se tornavam táxis, geladeiras faziam parte de um bar e até

⁵⁸ OLIVEIRA VIDAL, M. de. **Migrações e remessas Espanha/Brasil: implicações, vantagens e desvantagens**. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu, 2008, p.1- 18.

⁵⁹ OLIVEIRA VIDAL. Op. cit. 2008, p.13-14

⁶⁰ TAYLOR, J. E. Op. cit.1999.

⁶¹ ACOSTA, P. et al. Do remittances lower poverty levels in Latin America? In: FAJNZYLBBER, P.; LÓPEZ, J. H. (Ed.) **Remittances and development**. Lessons from Latin America. Washington DC: World Bank, 2008.

⁶² MARTES, A. C. B.; SOARES, W. Op. Cit., 2006. p.50.

⁶³ GRIGOLINI, S. When houses provide more than shelter. Analyzing the uses of remittances within their sociocultural context. In: TRAGER, L. (Ed.) **Migration and economy. Global and local dynamics**. Oxford: AltaMira Press, 2005. p.193-224.

celulares viraram posto telefônico. Essas evidências só foram descobertas porque a autora conviveu com as comunidades locais. Conclui-se que para avaliar o efeito das remessas na região de origem é preciso analisar o consumo das pessoas no contexto local e observar como os bens adquiridos são utilizados.

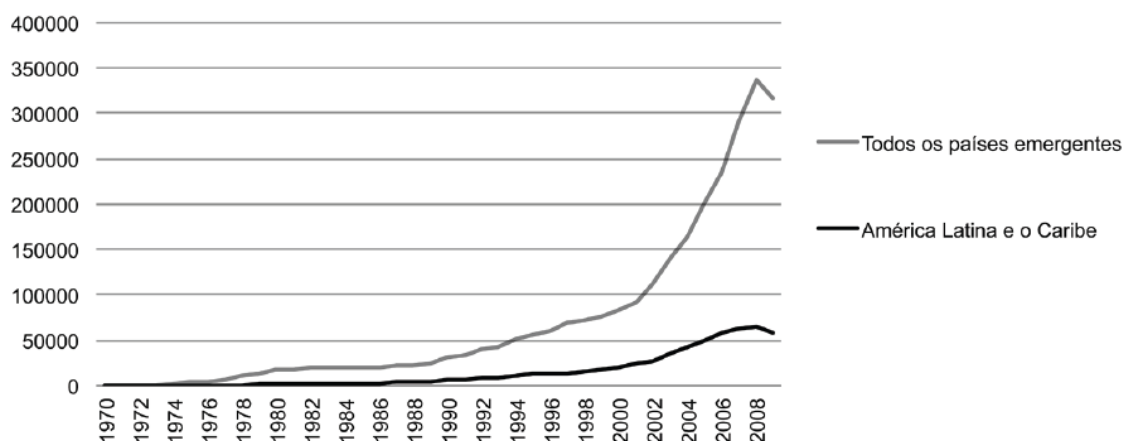
3.3. Remessas monetárias e desenvolvimento socioeconômico no Brasil

Segundo dados do Banco Mundial o Brasil é um dos principais receptores de recursos de imigrantes na América Latina. O volume de remessas aumentou consideravelmente no final dos anos 1980, década de grande saída de brasileiros para o exterior, atingindo US\$ 1,1 bilhão no ano de 1991 (Figura 3).

Pode-se ressaltar que o ao mesmo tempo em que os imigrantes enviam dinheiro para suas famílias no país os familiares que permaneceram auxiliam os imigrantes no exterior. Assim, o fluxo desses recursos possui um caráter bilateral. Em meio à crise econômica essa ajuda financeira aos brasileiros que vivem no exterior tende a aumentar. Deste modo, para avaliar o possível efeito das remessas para o desenvolvimento do Brasil é fundamental subtrair do influxo bruto o refluxo, resultando no influxo líquido. Esse alcançou o pico em 2008: eram US\$ 3,9 bilhões. Em 2009, por causa da crise financeira da economia global, o fluxo de remessas reduziu consideravelmente – as estimativas para esse ano, que incluem apenas influxo bruto, demonstram diminuição de remessas para o Brasil de 3,5% em relação ao ano anterior.⁶⁴

⁶⁴ RATHA, D. et al. Op. cit. 2009.

Figura 9 - Influxo de remessas monetárias para o Brasil: 1987-2009 (US\$ milhões)



Fonte: Ratha et al. (2009). Os dados para o ano 2009 são apenas estimativos; no momento da publicação eram disponíveis somente dados sobre o influxo bruto de remessas nesse ano.

Segundo Neide Patarra, a emigração é responsável por uma remessa unilateral bastante positiva para o Brasil e contribui significativamente para diminuir o desequilíbrio da balança de pagamentos e, do ponto de vista social, para inclusão no mercado consumidor das famílias beneficiadas.⁶⁵

Também é importante apontar que o Fundo Multilateral de Inversões – Fomin, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, vem realizando um

esforço conjunto com agentes governamentais, o setor privado e ONGs, instituições financeiras e outras, para aumentar a consciência da importância desses fluxos; aumentar a competição para diminuir os custos de remessas; promover a educação financeira, fomentar o impacto desses fundos ao oferecer mais opções financeiras para as famílias receptoras de remessas e suas comunidades.⁶⁶

O Brasil está entre os países com elevados índices de remessas – estimada em US\$ 5,8 bilhões em 2003. Destes 5 bilhões a maioria é proveniente do Japão (3 bilhões), seguido por Estados Unidos (1 bilhão) e Europa (1 bilhão). Segundo a autora esse montante representa 7%

⁶⁵ PATARRA, N. L. Op. cit. 2006.

⁶⁶ Fundo Multilateral de Inversões – Fomin, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Disponível em <<http://www.iadb.org.mif>>. Acesso em 12/11/2012.

das exportações brasileiras e, em 2003, as remessas são superiores às exportações de soja (4,2 bilhões) e café (1,3 bilhão). Então, como havia constatado Klagsbrunn, o emigrante continua sendo o maior produto de exportação do Brasil.⁶⁷

Comemorando a relevância desses valores, uma autoridade do Itamaraty afirmou: os brasileiros que vivem no exterior são compatriotas que deveriam ser recebidos com tapete vermelho, champanhe e caviar.⁶⁸

Ainda que as remessas para o Brasil tenham atingindo níveis impressionantes nos últimos anos, esse valor parece pequeno quando comparado em relação ao PIB, constituindo apenas 0,3% em 2008. Para alguns autores a relevância no nível macroeconômico desses recursos é irrelevante.⁶⁹ Outros salientam que há uma enorme dispersão dessas remessas pelo território brasileiro, sendo razoável aceitar o efeito pouco significativo nas grandes cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Vitória. Por outro lado, o impacto positivo pode ser considerável em regiões de emigração intensiva, como as cidades de Governador Valadares (MG), Maringá (PR) e Criciúma (SC). Do total de remessas recebidas nessas cidades, uma das principais finalidades era o investimento que variava entre 16% e 19%, em Criciúma e Maringá, respectivamente.⁷⁰

Na cidade de Governador Valadares (MG) o gasto produtivo das remessas era ainda superior: 38 % dos recursos eram aplicados em compra, construção ou reforma de imóveis.⁷¹ Este estudo ainda mostra que esses investimentos impulsionaram o desenvolvimento da economia local. O PIB do Estado de Minas Gerais, entre 1991-1996, apresentou taxa de crescimento de 3,2% ao ano, enquanto em Governador Valadares o PIB crescia em torno de 6,1%. O autor afirma que os emigrantes passaram a ocupar posição de investidores, demonstrando um avanço social. Este desenvolvimento local é atribuído ao “boom da construção civil, gerado pela poupança enviada do exterior pelos emigrantes internacionais de Valadares”.⁷²

⁶⁷ KLAGSBRUNN, V.H. Globalização da economia mundial e mercado de trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e Japão. In: PATARRA, N.L. (Coord.). **Migrações Internacionais Herança XX Agenda XXI**. Campinas: FNUAP, 1996.

⁶⁸ *Folha de S.Paulo*, 4 jul. 2004

⁶⁹ CANALES, A. **Migración, remesas y desarrollo en America Latina**: mitos y realidades. In: CONGRESO ARGENTINO DE ESTUDIOS SOBRE INTERNACIONALES POLÍTICAS MIGRATORIAS Y DE ASILO. Conferencia Plenária II. Buenos Aires, 2005. p.1-33.

⁷⁰ FUSCO, W. **Capital cordial**: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

⁷¹ MARTES, A. C. B.; SOARES, W., Op. cit. 2006.

⁷² Idem, p.47.

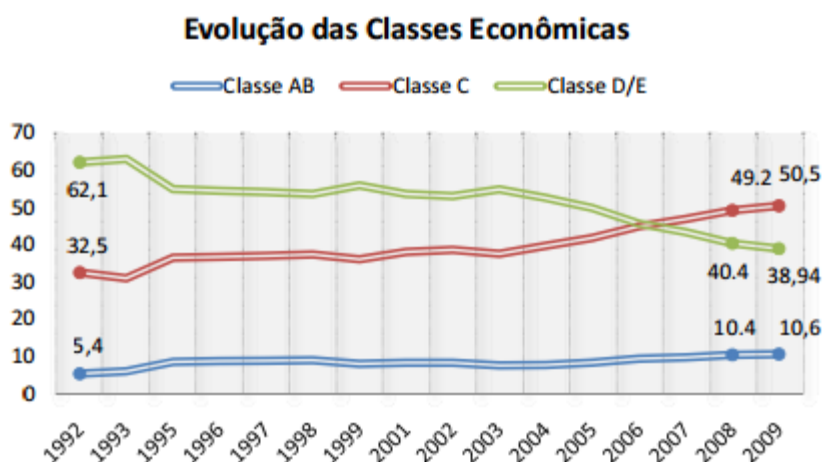
Com base nesses dados, pode-se aceitar que, no caso do Brasil, as remessas enviadas pelos emigrantes estão atreladas ao desenvolvimento socioeconômico, visto que o uso produtivo médio dessas transferências é aproximadamente 5% para a América Latina, segundo o estudo de Canales.⁷³ Contudo, esses impactos só são realmente visíveis em regiões de intensiva emigração, como as cidades mencionadas anteriormente.

Um programa desenvolvido em conjunto pelo governo estadual e pelas associações de emigrantes do Estado de Zacatecas, no México, é um exemplo de estratégia que gerou efeitos positivos para o desenvolvimento da comunidade. O projeto, chamado “3x1”, possui um sistema de financiamento que para cada três pesos transferidos pelas associações de emigrantes, os governos estadual e federal contribuem com adicional de um peso. Com esse recurso a comunidade local ganhou novas estradas, escolas e hospitais. Para o sucesso do programa foi necessário que a população local entendesse a necessidade de planejamento e realização de projetos de infraestrutura. Este é um exemplo que pode ser implementado em regiões de intensiva emigração no Brasil, demonstrando uma tentativa de aproveitar de forma produtiva a saída dos brasileiros.

Portanto, pode-se concluir que para conseguir atrelar as remessas monetárias do grande número de brasileiros vivendo no exterior ao desenvolvimento socioeconômico de uma região é preciso obter um envolvimento simultâneo entre a comunidade e as políticas públicas de incentivo ao investimento produtivo. O Brasil entrou em uma fase transitória do fluxo migratório e apresentou melhorias recentes nos indicadores sociais como a redução da desigualdade social e a ascensão da chamada “nova classe média”, como se pode observar nas imagens abaixo:

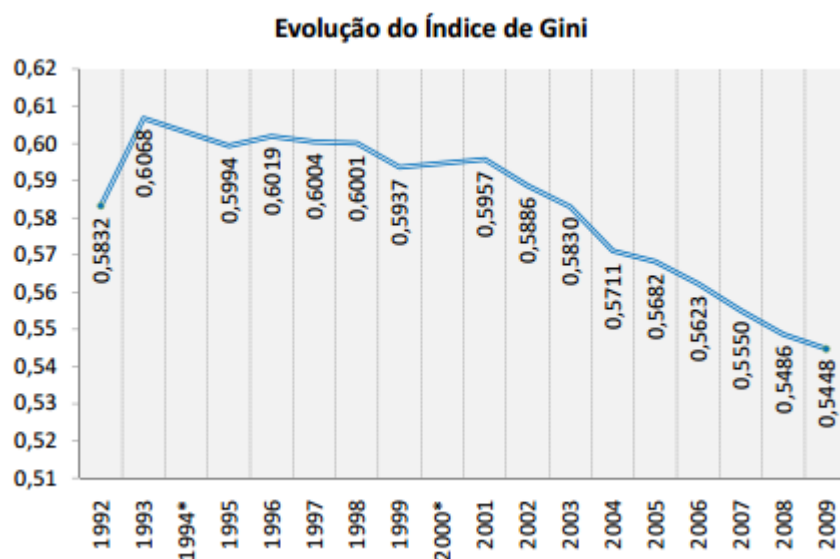
⁷³ CANALES. Op. cit. 2005.

Figura 10 – Evolução das Classes Econômicas no Brasil (1992-2009)



Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Figura 11 – Evolução do Índice de Gini no Brasil (1992 – 2009)



Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Neste sentido, conforme a relação entre migração e desenvolvimento apresentada por De Haas (Figura 7), pode-se dizer que o Brasil atual esteja passando pela intersecção entre as duas curvas do gráfico, não somente pela contribuição das remessas monetárias enviadas pelos

emigrantes, como também pelo crescimento econômico e as políticas públicas adotadas pelo governo federal nos últimos anos para superar a crise mundial.

Diante deste cenário de contradição entre globalização e desigualdade, Stiglitz, no livro “A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais”, critica a administração do FMI e suas recomendações de políticas econômicas para países em desenvolvimento e desenvolvidos. Para os países em recessão e com desemprego elevado recomenda-se déficit público e flexibilização do mercado de trabalho, enquanto aos desenvolvidos redução da taxa de juros e seguro desemprego. Essas políticas contraditórias propostas pelo FMI retira da globalização seu caráter propulsor de desenvolvimento e redutor das desigualdades internacionais e, conseqüentemente, impulsiona o crescimento da movimentação populacional.

O livro procura mostrar que não há como estabelecer um vencedor no debate econômico recorrendo-se ao teste empírico. Com base nesta análise, pode-se considerar a globalização maléfica ao desenvolvimento igualitário dos países por ser orientada por uma organização mundial administrada por determinado grupo de interesses. Deste modo, conclui-se que enquanto a relação política, econômica e comercial entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos não se tornar “globalizada”, no sentido benéfico e igualitário do termo, a migração internacional e a melhoria socioeconômica não poderão ser discutidos de forma convincente.

A questão central é contribuir para desacreditar ainda mais a ideia da unicidade da verdade – e dos meios legítimos de se chegar a ela – defendida por uma parte da comunidade de economistas brasileiros. A incapacidade de perceber os benefícios da pluralidade do pensamento econômico dificultou que o debate acadêmico em temas como desenvolvimento econômico, inserção internacional, políticas migratórias e reformas econômicas fosse feito na América Latina de maneira mais serena.

Deste modo, considerando a globalização uma consequência direta do capitalismo e a liberdade um pressuposto do desenvolvimento, a condição principal para que exista uma relação positiva entre a migração internacional e o desenvolvimento socioeconômico dos países é o envolvimento mais ativo de políticas nacionais que contribuam para a livre circulação de pessoas e a redução da desigualdade de entre os países.

BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, P. et al. Do remittances lower poverty levels in Latin America? In: FAJNZYLBBER, P.; LÓPEZ, J. H. (Ed.) **Remittances and development**. Lessons from Latin America. Washington DC: World Bank, 2008. p.87-132.
- BANCO MUNDIAL. **Educação Municipal no Brasil**: Recursos, Incentivos e Resultados. Dois Volumes. Relatório No. 24413-BR. Departamento de Desenvolvimento Humano. Brasil: Unidade de Gerenciamento do País. Janeiro de 2003.
- BASH, L. et al. **Nations unbound**: Transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states. Langhorne, Pa.: Gordon and Breach, 1994.
- BIJAK, J. **Forecasting International Migration**: Selected Theories, Models and Methods. Central European Forum For Migration Research, 2006.
- CANALES, A. **Migración, remesas y desarrollo en America Latina**: mitos y realidades. In: CONGRESO ARGENTINO DE ESTUDIOS SOBRE INTERNACIONALES POLÍTICAS MIGRATORIAS Y DE ASILO. Conferencia Plenária II. Buenos Aires, 2005. p.1-33.
- CARVALHO, J. A. M. de.; CAMPOS, M. B. de. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. **Revista Estudos Avancados**, São Paulo, IEA/USP, v.20, n.57, p.55-8, maio/ago. 2006.
- CARVALHO, J.A.M. de. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N.L. (Coord.). **Migrações Internacionais Herança XX Agenda XXI**. Campinas: FNUAP, 1996.
- CARVALHO, J.A.M. **Migrações Internacionais do Brasil nas Duas Últimas Décadas do Século XX**: Algumas Facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido”, Seminário de Migração Internacional – Ministério da Previdência Social, Brasília, julho, 2004.
- CARVALHO, José Alberto M. et al. Estimativas dos saldos migratórios internacionais e do número de emigrantes internacionais das grandes regiões do Brasil — 1986/1991 e 1991/1996. In: CASTRO, Mary Garcia. **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p.243-252.

- CARVALHO, José Alberto M. **Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX**: algumas facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido, Trabalho apresentado no encontro sobre Remessas, Previdência Social e Políticas Públicas, Brasília, 2004.
- CASTLES, S.; MILLER, M. **The age of migration**. International population movements in the modern world. 4.ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- CASTRO, L. J., and ROGERS, A.. **Patterns of Family Migration**: Two Methodological Approaches. *Environment and Planning A*, 15(2): 237–254. 1983.
- DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Institute Working Papers**, University of Oxford, n.9, p.1-61, 2008.
- DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Institute Working Papers**, University of Oxford, n.9, p.1-61, 2008.
- DEJONG, G. F., and FAWCETT, J. T. Motivations for Migration: An Assessment and a Value-Expectancy Research Model. In: G. F. DeJong, and R. W. Gardener (eds.), **Migration Decision Making**: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries. Pergamon Press: New York, 1981. pp. 13–57.
- DESA. **Trends in International Migration Stock**: the 2008 Revision. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas. New York: United Nations, 2009.
- DUSTMANN, C.. Return migration, uncertainty and precautionary savings. **Journal of Development Economics**, 52(2): 295–316. 1997.
- FAZITO, Dimitri. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional**: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários, 2005. 204p. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- FUSCO, W. **Capital cordial**: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

GCIM/UM. **Summary of the Report of the Global Commission on International Migration.** UN/POP/MIG-FCM/2005/09, 2005.

GHOSH, B. **Migrants' remittances and development.** Myths, rhetoric and realities. IOM. Geneva: The Hague Process on Refugees and Migration, Den Haag. 2006.

GRIGOLINI, S. When houses provide more than shelter. Analyzing the uses of remittances within their sociocultural context. In: TRAGER, L. (Ed.) **Migration and economy. Global and local dynamics.** Oxford: AltaMira Press, 2005. p.193-224.

HARRIS, J. R., and TODARO, M. P.. Migration, unemployment and development: A two-sector analysis. **American Economic Review**, 60(1): 126–142. 1970.

HART, R. A.. Interregional economic migration: Some theoretical considerations (Part I). **Journal of Regional Science**, 15(2): 127–138. 1975.

IOM. **World Migration 2008.** Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy. Geneva: International Organization for Migration, 2008.

JENNISSSEN, R.. **Macro-economic** determinants of international migration in Europe. Dutch University Press: Amsterdam, 2004.

KLAGSBRUNN, V.H. Globalização da economia mundial e mercado de trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e Japão. In: PATARRA, N.L. (Coord.). **Migrações Internacionais Herança XX Agenda XXI.** Campinas: FNUAP, 1996.p. 33-48.

KRITZ, M., LIM, L. L., and ZLOTNIK, H. (eds.). **International migration systems:** A global approach. Clarendon Press: Oxford. 1992.

LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde Pública.** São Paulo, n. 8 (supl), p. 49-90, 1974.

LEWIS, A. W.. **Economic development with unlimited supplies of labour.** School of Economic and Social Studies: Manchester. 1954.

MARINUCCI, R.; MILESI, R.. **Migrações Internacionais Contemporâneas.** 2005. Disponível em <http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm>. Acesso dia 22 de abril de 2012.

MARMORA, L. Palestra de abertura. In: **IV ENCONTRO NACIONAL DO GT DE MIGRAÇÕES**. Rio de Janeiro: ABEP-ENCE/IBGE, 16 de novembro 2005.

MARTES, A. C. B. Trabalhar em Massachusetts: um estudo sobre imigrantes brasileiros no mercado de trabalho. In: 2º ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 1999, p.387-404.

MARTES, A. C. B.; SOARES, W. Remessas de recursos dos imigrantes. **Estudos Avancados**, São Paulo, v.20, n.57, p.41-54, 2006.

MARTINE, G. A globalização inacabada – migrações internacionais e pobreza no século XXI. In: SERVIÇO PASTORAL dos Migrantes. (Org.) **Travessias na desordem global** – Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

MASSEY, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., and Taylor, J. E.. Theories of International Migration: Review and Appraisal. **Population and Development Review**, 19(3): 431–466. 1993.

MASSEY, D. S.. A Synthetic Theory of International Migration. In: V. Iontsev (ed.), **World in the Mirror of International Migration**. (pp. 142-152). Moscow: MAX Press, 2002.

MASSEY, D. S.. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, 56: 3–26. 1990.

MILNE, W. J.. Macroeconomic Influences on Migration. **Regional Studies**, 27(4): 365–373. 1993.

MINCER, J.. Family Migration Decisions. **Journal of Political Economy**, 86(5): 749–773. 1978.

NYBERG-SØRENSEN, N. et al. The migration-development nexus: evidence and policy options. **International Migration**, v.40, n.5, p.49-71, 2002.

OLIVEIRA VIDAL, M. de. **Migrações e remessas Espanha/Brasil**: implicações, vantagens e desvantagens. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu, 2008, p.1- 18.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avancados**, São Paulo, v.20, n.57, p.7-24, 2006.

- PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios internacionais recentes de e para o Brasil e políticas sociais: um debate necessário.** In: SERVIÇO PASTORAL dos Migrantes.(Org.) Travessias na Desordem Global – Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.
- PATARRA, N.L (coord). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo.** FNUAP, 1996.
- PATARRA, N.L. **Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais.** Estudos Avançados, São Paulo, v.20, n.57, p.7-24, 2006.
- PATARRA, Neide L; BAENINGER, Rosana (coord). **Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil.** 2006. Rios-Neto, Eduardo L.G. Questões emergentes na demografia brasileira / Eduardo L.G. Rios-Neto. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
- PIORE, M.; DOENINGER, H. **Internal Labor Market and manpower analysis.** Lexington, 1971.
- PIORE, Michael J. **Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies.** Cambridge, UK: Cambridge University Press.1979
- QUINN, M. A.. Relative Deprivation, Wage Differentials and Mexican Migration. **Review of Development Economics**, 10(1): 135–153. 2006.
- RATHA, D. et al. Migration and remittance trends 2009. **Migration and Development Brief**, n.11, November 3, 2009, Development Prospects Group, World Bank.
- SALES, Teresa. **The "Triennium of Disillusionment" in International Migrations of Brazilians.** Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/Rebep_ingles_n.2/Sales.pdf>. Acesso 12/11/2012.
- SJAASTAD, L. A.. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**, 70(5): 80–93. 1962.
- SKELDON. **Migration and development.** Bangkok, Thailand: United Nations Expert Group Meeting on International Migration and Development in Asia and the Pacific, 20-21 September 2008, p.1-9.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, v.26, n.1, p.1-14, Feb. 1989.

TAYLOR, J. E. International migration, remittances and development: myths and facts. **International Migration**, v.37, n.1, p.63-88, 1999.

THE INTERNATIONAL BANK for Reconstitution and Development/The World Bank. **Global Economic Prospects – Economic Implications of Remittances and Migration**. Washington, DC: s. n., 2006.

ANEXOS

TABELA 1

Período	Total de Imigrantes
1820	1682
1821	0
1822	0
1823	0
1824	126
1825	909
1826	828
1827	1088
1828	2060
1829	2412
1830	0
1831	0
1832	0
1833	0
1834	0
1835	0
1836	1180
1837	604
1838	396
1839	389
1840	269
1841	555
1842	568
1843	694
1844	0
1845	53
1846	435

1847	2350
1848	28
1849	40
1850	2072
1851	4425
1852	2731
1853	10935
1854	9189
1855	11798
1856	14008
1857	14244
1858	18529
1859	20114
1860	15774
1861	13003
1862	14295
1863	7642
1864	9578
1865	6422
1866	7699
1867	10842
1868	11315
1869	11528
1870	5158
1871	12431
1872	19219
1873	14742
1874	20332
1875	14590
1876	30747

1877	29468
1878	24456
1879	22788
1880	30355
1881	11548
1882	29589
1883	34015
1884	23574
1885	34724
1886	32650
1887	54932
1888	132070
1889	65165
1890	106819
1891	215239
1892	85906
1893	132589
1894	60182
1895	164831
1896	157423
1897	144866
1898	76862
1899	53610
1900	37807
1901	83116
1902	50472
1903	32941
1904	44706
1905	68488
1906	72332

1907	57919
1908	90536
1909	84090
1910	86751
1911	133575
1912	177887
1913	190343
1914	79232
1915	30333
1916	31245
1917	30277
1918	19793
1919	36027
1920	69041
1921	58476
1922	65007
1923	84549
1924	96052
1925	82547
1926	118686
1927	97974
1928	78128
1929	96186
1930	62610
1931	27465
1932	31494
1933	46081
1934	46027
1935	29585
1936	12773

1937	34677
1938	19388
1939	22668
1940	18449
1941	9938
1942	2627
1943	1345
1944	1612
1945	3230
1946	13039
1947	18753
1948	21568
1949	23844
1950	35492
1951	62594
1952	88150
1953	80242
1954	72248
1955	55166
1956	44806
1957	53613
1958	49839
1959	44520
1960	40507
1961	43589
1962	31138
1963	23859
1964	0
1965	9838
1966	8175

1967	11352
1968	12521
1969	6613
1970	0
1971	6378
1972	8767
1973	5931
1974	6766
1975	11566

TABELA 2

	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa dos Postos
América do Norte			
Canadá	20.850	11.210	20.650
Estados Unidos	1.490.000	843.505	1.240.000
México	18.000	17.457	18.000
SUBTOTAL	1.528.307	872.715	1.278.650

	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa dos Postos
América do Sul			
Argentina	42.921	37.114	38.500
Bolívia	46.600	13.774	15.091
Chile	8.316	3.938	3.938
Colômbia	2.818	504	2.215
Equador	1.000	515	900
Guiana	3.000	2.000	2.307
Guiana Francesa	70.000	20.000	20.000

Paraguai	515.517	204.890	487.517
Peru	3.200	2.403	3.104
Suriname	40.000	5.822	8.000
Uruguai	21.353	10.982	18.848
Venezuela	11.288	11.191	11.288
SUBTOTAL	766.013	313.133	611.708

	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa dos Postos
América Central			
Bahamas	80	80	80
Barbados	41	41	41
Belize	30	40	35
Costa Rica	2.002	194	2.002
Cuba	1.000	1.000	1.000
El Salvador	400	350	353
Guatemala	450	412	431
Haiti	35	35	35
Honduras	450	119	450
Jamaica	280	108	244
Nicarágua	250	182	182
Panamá	800	800	800
República Dominicana	800	500	750
Trinidad e Tobago	220	150	208
SUBTOTAL	6.838	4.111	6.611

	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa dos Postos
Europa			
Alemanha	59.338	21.211	46.209
Áustria	10.000	1.400	1.400

Bélgica	43.638	3.625	43.638
Bulgária	60	10	60
Croácia	180	180	180
Dinamarca	2.500	1.354	2.500
Espanha	150.000	74.085	110.000
Finlândia	510	425	510
França	30.000	19.061	30.000
Grécia	5.000	2.500	4.750
Holanda	25.000	13.964	16.399
Hungria	200	200	200
Irlanda	20.000	4.388	17.000
Itália	132.000	110.000	132.000
Noruega	2.160	2.151	2.160
Polônia	1.500	1.200	1.500
Portugal	160.000	69.518	147.500
Reino Unido	300.000	150.000	150.000
República Tcheca	150	135	135
Romênia	110	78	110
Rússia	180	180	180
Sérvia	63	63	63
Suécia	7.641	4.900	5.000
Suíça	60.000	22.861	55.000
Ucrânia	86	86	86
Vaticano	14	14	14
SUBTOTAL	1.010.330	503.589	766.594

	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa dos Postos
África			
África do Sul	1.700	1.163	1.700

Angola	10.000	2.620	10.000
Argélia	26	26	26
Benin	11	11	11
Botswana	23	23	23
Cabo Verde	170	70	100
Camarões	53	53	53
Costa do Marfim	90	90	90
Egito	306	200	200
Etiópia	32	32	32
Gabão	37	37	37
Gana	50	33	50
Guiné	35	35	35
Guiné Bissau	217	217	217
Guiné Equatorial	0	0	0
Líbia	205	205	205
Marrocos	100	100	100
Moçambique	1.500	1.500	1.500
Namíbia	45	45	45
Nigéria	320	220	270
Quênia	150	70	105
República D. Congo	93	93	93
São Tomé e Príncipe	20	20	20
Senegal	205	205	205
Sudão	35	35	35
Tanzânia	24	24	24
Togo	20	15	20
Tunísia	47	47	47
Zâmbia	74	74	74
Zimbabue	6	6	6
SUBTOTAL	15.594	7.269	15.323

	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa dos Postos
Oriente Médio			
Arábia Saudita	400	400	400
Armênia	35	35	35
Catar	220	220	220
Emirados Árabes	718	718	718
Irã	80	80	80
Iraque	10	10	10
Israel	15.000	15.000	15.000
Jordânia	1.120	1.120	1.120
Kuaite	250	250	250
Líbano	50.000	9.433	9.433
Síria	2.800	2.800	2.800
Turquia	300	250	275
SUBTOTAL	70.933	30.316	30.314

	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa dos Postos
Ásia			
Cazaquistão	20	20	20
China	4.750	2.430	4.600
Cingapura	600	600	600
Coréia do Sul	350	250	350
Taiwan	1.000	1.000	1.000
Filipinas	592	512	512
Índia	506	506	506
Indonésia	200	200	200
Japão	310.751	310.000	310.000
Malásia	100	100	100
Paquistão	17	17	17

Tailândia	160	90	125
Timor Leste	195	195	195
Vietnã	70	45	60
SUBTOTAL	319.311	315.965	318.285

	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa dos Postos
Ásia			
Austrália	13.000	7.713	12.000
Nova Zelândia	5.500	4.812	5.250
SUBTOTAL	18.500	12.525	17.250
TOTAL DE BRASILEIROS	3.735.826	2.059.623	3.044.762